

**Como os trabalhadores do Controle podem contribuir para o desenvolvimento inclusivo e para a democracia real?**

**¿Cómo pueden los trabajadores del Control contribuir al desarrollo inclusivo y a la democracia real?**

**Uma saudação para os trabalhadores do Controle da América-Latina - especialmente da Colômbia - e para todos os Trabalhadores do Controle de muitos outros países.**

**Quisera que o sonho de Simón Bolívar da “Pátria-Grande” se realizasse. Devemos buscar construí-lo.**

**Quando se determina um título para uma conferência, se assume a responsabilidade de sustentá-lo. Buscarei fazê-lo.**

**Conquistamos nossa independência e nossa denominada soberania nacional, de modo formal, e a sustentamos com alguns rasgos de autonomia. No entanto, seguimos subordinados ao domínio econômico, tecnológico e cultural dos países centrais. Com isso os trabalhadores do Brasil e, penso, da América-Latina sofrem dupla exploração dos capitais internos associados aos internacionais.**

**O desenvolvimento é, para os países da periferia do capitalismo, uma busca histórica de superação do subdesenvolvimento e da dependência. Numa linguagem direta, superar a fome e a miséria. Podem os trabalhadores em Controle contribuir nessa enorme tarefa libertária? Penso que sim.**

**Nossa tarefa é exigir dos Poderes Públicos planejamento e adequada alocação dos recursos. Cada centavo deve ter como destino final obras e serviços qualificados para a população. É tarefa do Controle avaliar a resultante das políticas públicas,**

**ultrapassando o controle formal. As fiscalizações de conformidade com as leis são insuficientes.**

**Importante disputar nosso povo para compreender e gostar da ideia de controle. Como latinos, somos avessos à fiscalização. Não adotamos essas condutas sequer na nossa vida privada. Então é indispensável um processo educativo e emancipador para validar a importância de controlar o Estado Nacional. Participar, como cidadão, na definição das prioridades e acompanhar a execução das políticas públicas.**

**Desejo saudar o renascimento do respeito às raízes culturais locais, em vários países latino-americanos. Uso como exemplo o diálogo de Cláudia Sheinbaum, presidenta do México, no ato de posse, quando apresentou, na Praça da Constituição, os 100 compromissos para o seu governo. A presença dos pés de milho, ao fundo, em mãos camponesas, é imagem representativa do combate à fome e da afirmação da produção agrícola histórica. Importante incorporar essa cultura centenária ao nosso trabalho de controlar o Estado. Somos humanos que pertencemos a essas comunidades multiétnicas.**

**Poucas vezes no meu País, o Brasil, são citados, muito menos ouvidos, os povos originários nos Tribunais de Contas.**

**Adotamos um programa de cotas raciais para assegurar vagas a pessoas de origem negra e indígena nas universidades públicas e no serviço público, a fim de iniciarmos um processo de inclusão social dessas etnias e de atenuarmos a desigualdade socioeconômica imposta a esses grupos que, por anos, permaneceram à margem da sociedade. Entretanto, ainda carecemos da construção de uma política pública apta a, efetivamente, sobrepujar o racismo estrutural.**

**Num movimento extraordinário e popular, na década de 1980, superamos uma ditadura que durou 21 anos e construimos uma Constituição Cidadã, promulgada em 1988. Aos Tribunais de Contas foram atribuídas competências para controlar o Estado. Generosas**

**competências. Somos 33 Tribunais de Contas, dotados de autonomia e horizontalidade. Isso significa que nenhum deles se subordina ao outro. Consideramos essa uma característica muito boa e recomendável para o futuro de instituições públicas.**

**Dá trabalho, quando acordos nacionais precisam ser negociados e exigem adesão voluntária. No entanto, um pequeno tribunal pode avançar, construir inovadoras práticas e servir de exemplo aos outros. Não são incomuns esses fatos.**

**Fiscalizamos o governo federal, 26 estados e o Distrito Federal, além de 5.570 municípios. Exercemos o controle externo sobre órgãos da administração direta, autarquias, empresas públicas e fundações. Auditamos, também os Poderes Legislativos e o Poder Judiciário. O Brasil adota o sistema federativo de organização política. Porém, a execução orçamentária é muito centralizada na União.**

**Aqui uma questão importante, universal. Somos 17 mil trabalhadores para fazer milhares de auditorias anuais. Destes, somente 9 mil são auditores. Este número é substancialmente menor do que aqueles dos países desenvolvidos, na proporção população/auditores. Todos estão sobrecarregados. Com muito esforço, conseguem eventualmente se dedicar a investigações mais profundas sobre temas relevantes, com falta de tempo para “achados” que exigem maior atenção.**

**A conversa de que a tecnologia e a denominada “inteligência artificial” podem substituir os auditores é uma mentira. Um embuste. Não é possível substituir homens e mulheres na fiscalização, nas análises e nos julgamentos que exigem sensibilidade e compromisso com a coletividade.**

**A tecnologia amplia em muito a produtividade. É boa, como ferramenta. Exige novas qualificações e multifuncionalidades. Quando bem usada, nos permite conferir grande transparência à atividade pública, para informar à população como andam as**

**finanças públicas, a gestão dos governos e a execução das obras e dos serviços importantes.**

**No entanto, precisamos de milhares de trabalhadores a mais, bem-preparados, qualificados, bem-remunerados, com boas condições de trabalho e autonomia ao exercício da auditoria. Esses seres humanos deverão ter uma profunda referência na sociedade.**

**A FENASTC, que tem 32 anos de existência, vem defendendo que sejam publicados todos os relatórios de auditoria, tão logo assinados pelo auditor e recepcionados pelo Tribunal, depois de conferida a possibilidade de o auditado contraditar ou esclarecer as anotações. Antes de qualquer julgamento o processo deve ser disponibilizado, publicizado, à sociedade. Assim, o debate sobre a gestão do administrador - e o julgamento de suas contas anuais - se dará a partir de informações precisas e sob a pressão da opinião pública.**

**Na constituição brasileira, ministros e conselheiros devem ser “escolhidos entre brasileiros” com notórios saberes, conduta ilibada e idoneidade moral. Logo, a FENASTC - federação nacional que presido - criou uma campanha civilista, denominada Ministro e Conselheiro Cidadão, destinada a garantir esse princípio constitucional. Significa que, quando aberta uma vaga em quaisquer dos 33 tribunais, o parlamento municipal (existem dois tribunais municipais: Rio de Janeiro e São Paulo), estadual, ou nacional deverá publicar um edital para permitir que qualquer pessoa que possua as condições exigidas concorra ao cargo.**

**A escolha final é dos parlamentos.**

**A degeneração do mundo político atingiu em cheio os tribunais. Governantes e parlamentos, estes com maiorias eventuais, negociam cargos de ministros (Tribunal de Contas da União) e conselheiros (tribunais de Contas dos estados e dos municípios), contrariando a Constituição e apropriando-se de mandatos com duração permanente, até os 75 anos de idade.**

**Com isso, são inúmeros os escândalos.**

**O que fazem ministros e conselheiros? Julgam as contas dos gestores públicos, enviando-as aos parlamentos, que dão a palavra final.**

**Nosso caminho foi de entender profundamente os tribunais de Contas brasileiros. Temos, internamente, três grandes funções: 1) Julgadores/Pareceristas - ministros e conselheiros (escolhidos pelos parlamentos); 2) Defensores do erário e da regularidade processual - procuradores (concurados); e 3) Auditores - auditores de Controle Externo e outros trabalhadores (concurados).**

**Lutamos para que a escolha do Secretário de Controle e Fiscalização seja escolhido pelos próprios colegas e para que se constitua um Conselho de Auditoria. Esse colegiado teria como atribuições formular as políticas e os planos anuais de fiscalização, definir a alocação de pessoal e determinar incentivos à formação e ao desenvolvimento profissional.**

**Atuamos para que, no futuro, as decisões nos tribunais de Contas brasileiros tenham “três cadeiras em volta da mesa”: uma para ministros e conselheiros; uma para procuradores de Contas; e uma, finalmente, para os trabalhadores responsáveis pela produção do trabalho fiscalizatório.**

**Sempre esclarecemos: não estamos invadindo competências. Estamos assumindo a responsabilidade pelo que fazemos, que é a auditoria.**

**O primeiro ato deste processo é criar uma denominação comum em todo o Brasil. Já conquistamos em 27, dos 33 tribunais, a denominação de auditor de Controle Externo para aqueles que fazem auditoria.**

**Buscamos ter um rosto próprio diante da população, para a qual deveremos buscar produzir relatórios de auditoria compreensíveis, desrevestidos da arrogância comum àqueles que classificam que o**

**que fazem é muito complexo para ser direcionado ao dito “cidadão comum”.**

**Mais do que nunca, a conjuntura exige dos auditores aptidão para desempenhar um papel social.**

**O perfil que se espera dos auditores da atualidade deve ser ensinado nas escolas dos sindicatos, por meio do intercâmbio democrático e saudável de ideias, opiniões e experiências. Não se trata de competir com as escolas dos tribunais, mas de trazer para o ambiente sindical debates relevantes que no espaço público são interditados e que o espaço político degenera. Atuamos com a consciência de que o pensamento técnico não é neutro.**

**Sim, devemos fazer melhores auditores, para produzirmos auditorias sobre as constantes agressões ao meio ambiente, melhorar nosso entendimento sobre os efeitos das mudanças climáticas e sobre outras tantas questões de interesse social, como a igualdade de gênero, a superação da violência sexual e moral, o acesso à educação e à saúde.**

**Os trabalhos dos auditores devem ter como referência as necessidades da população, a vitória sobre o subdesenvolvimento da dependência.**

**Uma palavra sobre a democracia brasileira: acabamos de ter eleições, em 2024, para vereadores e prefeitos. A participação dos eleitores é obrigatória, sob pena de multa a qual, se não paga, resulta em outras tantas sanções. Ainda assim, 29% dos cidadãos negaram-se a votar. Na minha cidade de Porto Alegre, onde nasceu o Fórum Social Mundial, foram 34% de abstenções.**

**É a crise mais profunda da ausência de democracia real. Esses eleitores decidiram que, independentemente de quem ganhar, sua vida não será transformada e suas urgências básicas (água, energia, transporte e segurança) não serão atendidas.**

**Uma consideração final: vivemos num mundo onde os interesses financeiros despontam como a nova fase capitalista. Nos nossos**

**países, os orçamentos públicos são destinados para o pagamento de juros.**

**No Brasil o sistema financeiro e aqueles que vivem de rendas, sem nada produzir, tornaram-se os donos da economia.**

**A resultante da acumulação da riqueza de bens e renda nas mãos de poucos não será um futuro de desenvolvimento e paz.**

**Assim, nossa tarefa é enorme. Como trabalhadores e como espécie, devemos atuar para construir mudanças e acreditar que “um outro mundo é possível”.**

**Muito obrigado!**